

# Sumário

---

PREFÁCIO .....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
INTRODUÇÃO .....	17
I. NOÇÕES GERAIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL .....	23
I.1. Os caminhos do presente e a mudança de paradigmas .....	23
I.2. Delineamento histórico e o conceito de Inteligência Artificial .....	27
I.3. Inteligência Artificial fraca e forte/geral e específica. O meio-termo nominado Inteligência Artificial capaz.....	29
I.4. <i>Big data</i> . Dados estruturados e não estruturados. <i>Data mining</i> . <i>Dataset</i> e a jurimetria.....	30
I.5. <i>Machine learning</i> (supervisionado, não supervisionado, por reforço e autosupervisionado). <i>Deep learning</i> . Processamento de linguagem natural.....	32
I.6. A inteligência artificial generativa.....	41
I.6.1. Conceito e delineamento contextual .....	41
I.6.2. Benefícios e desafios do uso de IAG no mundo contemporâneo. Usabilidade da ferramenta e capacidade do modelo. Alucinação algorítmica e enviesamento de máquina. Geração de imagens, vídeos, áudios, códigos ou dados sintéticos: o que é real? .....	42
I.6.3. Boas práticas de uso da IAG .....	43
I.6.4. Inteligência Artificial Generativa (IAG) no Poder Judiciário.....	48
II. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO .....	55
II.1. A democracia e o contexto eleitoral .....	55
II.1.1. Usos de Inteligência Artificial para indução dos eleitores .....	55
II.1.2. Filtros bolha e modulação de comportamentos.....	58
II.2. O Direito Civil e seus dilemas.....	59
II.2.1. Direito autoral e intelectual na era da Inteligência Artificial.....	59
II.2.2. <i>Smart contracts</i> ou contratos inteligentes e <i>blockchain</i> .....	61
II.2.3. Internet das coisas (IoT) e suas implicações no contexto da privacidade de dados.....	64

II.2.4.	Projeto de reforma do Código Civil e o capítulo destinado ao Direito Digital .....	65
II.3.	A Inteligência Artificial e o Direito do Trabalho: a necessária atenção às aplicações discriminatórias .....	66
II.4.	O Direito Penal e os aparatos tecnológicos .....	69
II.4.1.	Vieses contemporâneos no campo criminal .....	69
II.4.2.	Crimes cibernéticos .....	71
II.4.3.	A Inteligência Artificial enquanto elemento protetivo e auxiliar à tutela preventiva de delitos .....	73
II.5.	Influxos tecnológicos no âmbito do Direito Administrativo .....	73
II.6.	Direito Processual Penal .....	86
II.6.1.	Fase da investigação criminal e novas tecnologias .....	86
II.6.2.	O Ministério Público e as novas tecnologias .....	86
II.6.3.	A importância do Código de Processo Penal para a formação de uma Teoria Geral Probatória digital .....	87
III.	PROCESSO CIVIL, AUTOMAÇÕES E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL .....	89
III.1.	Teoria Geral do Processo Tecnológico (TGPT) .....	90
III.1.1.	O que significa uma Teoria Geral do Processo? Qual a necessidade de se construir um novo pano de fundo teórico denominado Teoria Geral do Processo Tecnológico? .....	90
III.2.	Inteligência Artificial e normas fundamentais .....	97
III.2.1.	Os novos tempos do Constitucionalismo Digital e o Direito Processual....	97
III.2.2.	Elementos tradicionais das normas processuais fundamentais .....	99
III.2.2.1.	Do Direito Constitucional ao processo justo .....	99
III.2.2.2.	O devido processo legal e suas cláusulas essenciais .....	100
III.2.3.	Por uma refundação das normas processuais fundamentais: a análise do Devido Processo Legal Tecnológico .....	104
III.2.3.1.	A isonomia processual no cenário de disrupção tecnológica .....	109
III.2.3.1.1.	Inteligência Artificial e litigância habitual: como garantir isonomia na Era Digital? .....	110
III.2.3.1.2.	A imparcialidade como uma das garantias da isonomia processual .....	112
III.2.3.2.	Contraditório tecnológico .....	113
III.2.3.2.1.	O princípio do contraditório clássico. O contraditório poliédrico. O incidente de explicabilidade enquanto garantia fundamental dos sujeitos processuais .....	113

III.2.3.2.2.	O Incidente Processual de Transparência/Explicabilidade de Inteligências Artificiais utilizadas pelo Poder Judiciário: adequada procedimentalização .....	118
III.2.3.3.	Acesso à justiça e novas tecnologias .....	120
III.2.3.3.1.	Conceitos tradicionais e a ampliação do acesso advindo das novas tecnologias: benefícios e desafios .....	120
III.2.3.3.1.1.	O projeto Florença e as dimensões de acesso à Justiça .....	121
III.2.3.3.1.2.	<i>Global access to justice</i> e uma sexta onda de acesso .....	122
III.2.3.3.2.	O Programa “Justiça 4.0” do Conselho Nacional de Justiça .....	124
III.2.3.3.2.1.	Os núcleos 4.0, os vulneráveis digitais e o Acesso à Justiça ....	128
III.2.3.3.2.2.	PID: os Pontos de Inclusão Digital .....	130
III.2.3.4.	Publicidade algorítmica .....	132
III.2.3.4.1.	Inteligência Artificial, publicidade e proteção de dados, no âmbito do Poder Judiciário. ....	132
III.2.3.4.2.	O sistema brasileiro de <i>open justice</i> .....	136
III.2.3.5.	Uma síntese conclusiva reflexiva pela refundação do cenário processual contemporâneo .....	138
III.3.	Novas tecnologias e o redesenho da competência territorial .....	138
III.3.1.	A desmaterialização da Justiça .....	138
III.4.	A cooperação judicial e as oportunidades de interoperabilidade, por meio das novas tecnologias .....	142
III.5.	Negócio jurídico processual e Inteligência Artificial .....	144
III.5.1.	Possibilidade de realização de negócio jurídico processual para afastar o uso de ferramenta de inteligência artificial: premissas, condições e pressupostos .....	144
III.6.	O apoio da inteligência artificial para a produção de atos judiciais .....	150
III.6.1.	Atos materiais oriundos de sistemas computacionais .....	150
III.6.2.	Calendarização processual e execução de atos judiciais por meio de inteligência artificial .....	151
III.7.	Inteligência Artificial e precedentes .....	152
III.7.1.	Considerações gerais sobre o sistema de precedentes do CPC .....	152
III.7.2.	Modelos de julgamentos e o problema da extração da <i>ratio decidendi</i> .....	158

III.7.3.	Contornos da aplicação tecnológica dos precedentes judiciais e a necessidade de estabelecimento de novos parâmetros teóricos .....	161
III.7.4.	O devido processo legal tecnológico e os precedentes judiciais .....	173
III.7.5.	Consideração final: padrões advindos de formação e aplicação responsivos e não apenas da lógica “acabar com a quantidade de processos”, por meio de técnicas de IA .....	173
III.8.	Inteligência Artificial e teoria da decisão judicial .....	174
III.8.1.	Teoria da decisão judicial enquanto problema da teoria do direito....	174
III.8.2.	Integridade, coerência, estabilidade, fundamentação adequada, contraditório substancial: condições de possibilidade para decisões democráticas .....	175
III.8.3.	A Inteligência Artificial enquanto elemento de controle de subjetividades para o alcance das intersubjetividades cooperativas .....	176
III.8.4.	Juiz robô? – Novos desafios após o advento de modelos fundacionais de inteligência artificial generativa textuais .....	177
III.8.5.	A fundamentação das decisões judiciais e o emprego de Inteligência Artificial Generativa .....	178
III.9.	Inteligência Artificial, novas tecnologias e direito probatório .....	183
III.9.1.	A prova enquanto âmago do processo: conceito, modelo cooperativo de aquisição e produção, meios, ônus e as interações tecnológicas .....	183
III.9.2.	Prova digital .....	187
III.9.3.	Limites à aquisição, produção e valoração probatória .....	188
III.9.4.	Refundação das fontes de prova e a interconexão digital: Redes sociais, WhastApp, Instagram, Facebook, Twitter, Printscreen, Telegram, Microsoft Teams, Zoom, e-mail e as pegadas digitais (logs).....	190
III.9.5.	A prova pericial e o <i>blockchain</i> .....	194
III.9.6.	Perícia algorítmica .....	201
III.9.7.	A computação quântica e o cenário probatório .....	202
III.10.	Inteligência Artificial e execução .....	204
III.11.	Inteligência Artificial e procedimentos especiais .....	207
III.11.1.	Inteligência Artificial e execução fiscal .....	207
III.11.1.1.	Panorama da execução fiscal e o delineamento de sua crise .....	207
III.11.1.2.	Redesenho da execução fiscal, com base nos sistemas de inteligência artificial .....	212
III.11.2.	Inteligência Artificial e procedimentos de falência e recuperação judicial .....	215
III.12.	Inteligência Artificial e meios adequados à resolução de conflitos.....	218

III.12.1. Portas abertas pelas novas tecnologias e os Desafios de interoperabilidade entre os sistemas para a transição entre portas .....	218
III.12.2. Novas tecnologias e as Câmaras de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos .....	223
III.13. Cortes <i>online</i> .....	225
III.13. Experiência brasileira e o plenário virtual: da repercussão geral ao julgamento total dos casos sob análise no Supremo Tribunal Federal. Relevância da Questão Federal: prospecções acerca do uso do plenário virtual no Superior Tribunal de Justiça .....	227
III.14. Processos estruturais e inteligência artificial.....	239
IV. O FUTURO DO PROCESSO .....	243
IV.1. Mudanças advindas do ambiente virtual e suas implicações.....	243
IV.2. A expansão das Cortes <i>online</i> , do Programa “Justiça 4.0”: o Juízo 100% digital, os Núcleos de Justiça 4.0 e a base nacional de dados estatísticos do Poder Judiciário .....	244
IV.3. Uma Justiça com olhares para o jurisdicionado: o <i>design</i> de sistemas, <i>legal design</i> e <i>visual law</i> .....	247
IV.4. Ampliação de uso e desenvolvimento de técnicas de automação e Inteligência Artificial no trato de atividades, atos e fatos repetitivos no processo .....	252
IV.5. O necessário aprimoramento de instrumentos tecnológicos na fase executiva.....	252
IV.6. A mineração de dados, processos, <i>analytics</i> , jurimetria, análise preditiva e a preocupação com a assimetria informacional .....	253
IV.7. O acesso à justiça, o processo e o metaverso: dilemas e oportunidades .....	254
IV.8. A regulamentação da inteligência artificial e o Direito Processual: Da atuação do Conselho Nacional de Justiça às propostas do Poder Legislativo .....	259
IV.9. Uma palavra final: quando o inevitável e irrefreável deve ser operado a nosso favor.....	266
POSFÁCIO .....	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	269